

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.177 - MT (2019/0103375-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : ROMARIO FRANCISCO DE LIMA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ROMARIO FRANCISCO DE LIMA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso no julgamento do HC n. 1014566-27.2018.8.11.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 16/4/2018, por ter supostamente praticado os delitos tipificados no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal e art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/03, na forma do art. 69 do CP (homicídio qualificado tentado e posse de arma de fogo com numeração suprimida, em concurso material de crimes). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS - PROCESSUAL PENAL - PRISÃO TEMPORÁRIA CONVERTIDA EM PREVENTIVA - ART. 159, § 1º, C/C 29 DO CÓDIGO PENAL E ART. 1º, IV DA LEI 8.072/90 - CONSTRANGIMENTO ILEGAL - PRETEXTOS - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CUSTÓDIA PREVENTIVA - INOCORRÊNCIA - MODUS OPERANDI - ASPECTO QUE AUTORIZA A SEGREGAÇÃO CAUTELAR PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - PREDICADOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - CONDIÇÃO SUBALTERNA - INSUFICIÊNCIA DA APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS - CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE - ORDEM DENEGADA.

Havendo indícios suficientes de autoria, prova da materialidade dos delitos, aliado à gravidade concreta da conduta mostra a incontestável necessidade da prisão cautelar para a garantia da ordem pública, ainda que o beneficiário possua certas qualidades pessoais.

Demonstrada a necessidade da custódia cautelar, não há que se falar em aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, por se mostrarem inadequadas e insuficientes para garantia da ordem pública (fls. 216/217).

Superior Tribunal de Justiça

No presente recurso, alega excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto a custódia cautelar perdura desde 16/4/2018, por mais de 1 ano sem que a instrução tenha sido encerrada.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, para que o recorrente possa aguardar o julgamento da ação penal em liberdade, expedindo-se o competente alvará de soltura.

Sem petição de contrarrazões, o recurso foi remetido a esta Corte Superior de Justiça (fl. 243).

As informações foram prestadas pelas instâncias ordinárias (fls. 255/262, 263/277 e 281/291).

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso (fls. 249/250).

É o relatório.

Decido.

Observo que o pleito está prejudicado.

Isso porque, em ofício enviado a esta Corte Superior de Justiça, o Juízo de primeiro grau informou que o recorrente e demais denunciados, foram pronunciados em 24/7/2019 (fl. 289). Nesse contexto, incide ao caso a Súmula n. 21 deste Superior Tribunal de Justiça, que prevê:

"Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução"

No mesmo sentido, anatem-se os seguintes julgados:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO, CRIME CONEXO A HOMICÍDIO IMPUTADO EXCLUSIVAMENTE A CORRÉUS. RISCO DE COMPROMETER A ELUCIDAÇÃO DOS FATOS DA CAUSA, ANTECEDENTES CRIMINAIS E SUPOSTA LIDERANÇA DE FACÇÃO CRIMINOSA DE GRANDES PROPORÇÕES. CIRCUNSTÂNCIAS QUE AS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS CONSIDERARAM REVELADORAS DE FUMUS BONI JURIS E DE PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. TESE DE EXCESSO DE PRAZO QUE NÃO SE VERIFICA, ANTE O ANDAMENTO PROCESSUAL APARENTEMENTE

Superior Tribunal de Justiça

REGULAR. PARECER MINISTERIAL PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. *Infere-se dos autos que o recorrente foi pronunciado exclusivamente pelo crime de coação no curso do processo (art. 344 do CP), e não pelo crime doloso contra a vida, conexo, pelo qual foram pronunciados os corréus, e que sua prisão preventiva foi decretada com fundamento na necessidade da instrução criminal, em decorrência do risco que aparentemente representa à elucidação dos fatos, somado às suas condições pessoais desfavoráveis.*

2. *O fumus comissi delicti foi detectado a partir de diversas fontes investigativas, ao passo que o juízo relativo ao periculum libertatis decorreu não apenas da coação a testemunha, mas também da atividade criminosa pretérita e da circunstância de o paciente supostamente liderar facção criminosa de grandes proporções.*

3. *O constrangimento ilegal por excesso de prazo, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, somente se configura caso a mora decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais, razão pela qual não pode essa tese ser acolhida, à luz, exclusivamente, do transcurso de determinado prazo.*

4. *Nestes autos, a instância de origem registrou com precisão as circunstâncias do caso concreto que estariam a justificar o andamento do feito, com destaque para a pronúncia do recorrente - que torna superada a alegação de constrangimento ilegal da prisão, por excesso de prazo na instrução, a teor da Súmula 21 do STJ - e a interposição de recursos pelos três réus.*

5. *Recurso em habeas corpus não provido (RHC 94.413/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 2/4/2018)*

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 21 DESTA CORTE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. RISCO À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. MODUS OPERANDI. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

5. *Não há como reconhecer o direito de relaxamento da prisão, pois não se verifica qualquer desídia do magistrado na condução do processo em questão, que tem tido regular tramitação.*

6. *Eventual demora para a conclusão do feito estaria justificada em razão das peculiaridades do caso concreto, tendo em vista a complexidade do processo, crime grave, com multiplicidade de réus (quatro), e defensores distintos, além de constantes pedidos de relaxamento de prisão e de interposição de recursos. Sessão de*

Superior Tribunal de Justiça

juízo pelo Tribunal do Júri, designada para 23/5/2017.

7. Nos termos da Súmula 21/STJ, pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução

8. Recurso ordinário em habeas corpus não provido (RHC 83.048/PE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 16/5/2017, DJe 19/5/2017).

RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. FEITO RELATIVAMENTE COMPLEXO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. SÚMULA 21/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA.

1. Segundo pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, a configuração de excesso de prazo não decorre da soma aritmética de prazos legais. A questão deve ser aferida segundo os critérios de razoabilidade, tendo em vista as peculiaridades do caso.

2. No caso, evidenciado que o recorrente se encontra preso preventivamente desde 13/6/2014, em feito relativamente complexo, com dois acusados e necessidade de expedição de cartas precatórias, e inexistindo, ainda, desídia do judiciário na condução da ação penal, não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo.

3. Verificada a superveniência de decisão pronunciando os acusados, tem incidência do enunciado n. 21 da Súmula deste Superior Tribunal.

4. Recurso improvido (RHC 68.778/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/8/2016, DJe 1/9/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, "a", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o recurso em habeas corpus.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator